

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito
Federal - CAU/DF

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quantos ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF possui registrado em 31 de dezembro de 2018, na rubrica intitulada como Demais Créditos e Demais Valores a Curto Prazo - Nota Explicativa de nº 7 no montante total de R\$144.421 juntamente com a conta de Créditos a Longo Prazo Nota Explicativa de nº 10 no montante total de R\$1.020.459, no balanço patrimonial, no quais R\$586.106 (R\$95.609 no ativo circulante da nota de nº 7 e R\$490.496 no ativo não circulante conforme item 10.1 da nota de nº 10) referem-se a valores oriundos de irregularidades de natureza administrativa e financeira que foram apurados por meio da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria Presidencial do CAU/BR Nº 144 de 13 de abril de 2016, no qual o CAU/DF está adotando medidas administrativas e judiciais na tentativa de recuperação dos referidos montantes. Não obstante os aspectos de liquidez, solvência e recuperabilidade do referido ativo, a administração do CAU/DF não constituiu provisão para perdas do referido ativo, entretanto, os critérios para constituição de provisão para perdas em entidades do Setor Público deveriam ter sido implementados no exercício de 2017, conforme previsão nas normas brasileiras de contabilidade. Dessa forma, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar o referido saldo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.



CAU/DF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CNPJ: 14.981.648/0001-09

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2,287,035	1,709,894	PASSIVO CIRCULANTE	180,133	130,907
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1,614,183	1,284,984	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	-
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	512,364	225,406	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	-
CLIENTES	800,025	742,111	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	27,820	15,783
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	881,469	408,347	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	24,000	24,000
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(1,169,130)	(925,053)	PROVISÕES A CURTO PRAZO	127,703	88,649
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	144,421	171,312	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	610	2,474
ESTOQUES	16,067	24,591			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	3,602			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1,197,102	1,198,536	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1,020,459	1,027,686	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1,020,459	1,027,686	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	-	-
IMOBILIZADO	176,643	170,850	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	-
BENS MOVEIS	353,160	314,719	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-	-
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(176,517)	(143,870)	RESULTADO DIFERIDO	-	-
			TOTAL DO PASSIVO	180,133	130,907
			PATRIMONIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	3,304,004	2,777,523
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3,304,004	2,777,523
TOTAL	3,484,137	2,908,430	TOTAL	3,484,137	2,908,430
ATIVO FINANCEIRO	1,614,183	1,284,984	PASSIVO FINANCEIRO	246,152	146,187
ATIVO PERMANENTE	1,869,954	1,623,446	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL				3,237,985	2,762,243
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	216,222	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	216,222	-
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	1,368,031		1,138,797		

Página: 1/1



CAU/DF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CNPJ: 14.981.648/0001-09

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.037,386	2.851,253	Despesa Orçamentária	2.799,591	2.682,730
RECEITA REALIZADA	3.037,386	2.851,253	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	66,019	15,280
RECEITA CORRENTE	3.037,386	2.851,253	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	27,820	15,783
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.597,115	1.487,570	CREDITO EMPENHADO - PAGO	2.705,752	2.651,666
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.597,115	1.487,570	DESPESA CORRENTE	2.685,398	2.643,144
ANUIDADES	1.597,115	1.487,570	PESSOAL	1.703,262	1.571,054
RECEITA DE SERVIÇOS	1.151,835	1.038,761	MATERIAL DE CONSUMO	56,866	36,900
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	8,491	13,750	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	35,977	71,293
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.134,930	1.024,652	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	455,830	567,167
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	144	ENCARGOS DIVERSOS	77,904	68,843
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8,413	216	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355,561	327,888
FINANCEIRAS	271,694	322,385	DESPESA DE CAPITAL	20,353	8,522
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	161,465	177,999	INVESTIMENTOS	20,353	8,522
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	61		-	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	110,229	144,325		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	110,229	144,325		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16,742	2,536		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	7,091	227		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9,651	2,309		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.601,346	4.293,096	Pagamentos Extraorçamentários	1.509,942	4.395,179
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	66,019	15,280	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	15,280	66,550
Inscrição de Restos a Pagar Processados	27,820	15,783	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	15,783	42,073
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	221,501	3.106,817	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	223,365	416,883
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.286,006	1.155,216	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.255,514	3.869,673
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.288,584	1.222,143	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	1.617,783	1.288,584
Caixa e Equivalente de Caixa	1.284,984	1.222,143	Caixa e Equivalente de Caixa	1.614,183	1.284,984
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	3,600	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	3,600	3,600
Total:	5.927,316	8.366,492		5.927,316	8.366,492

Página: 1/1



CAU/DF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CNPJ: 14.981.648/0001-09

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE	3,026,590	3,224,937	3,026,590	3,224,937	3,037,386	(187,551)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1,571,171	1,787,374	1,571,171	1,787,374	1,597,115	(190,259)	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1,571,171	1,787,374	1,571,171	1,787,374	1,597,115	(190,259)	
ANUIDADES	1,571,171	1,787,374	1,571,171	1,787,374	1,597,115	(190,259)	
RECEITA DE SERVIÇOS	1,209,383	1,221,666	1,209,383	1,221,666	1,151,835	(69,832)	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	-	-	-	-	8,491	8,491	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1,207,883	1,207,883	1,207,883	1,207,883	1,134,930	(72,953)	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,500	13,783	1,500	13,783	8,413	(5,370)	
FINANCEIRAS	246,036	215,896	246,036	215,896	271,694	55,798	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	111,162	111,162	111,162	111,162	161,465	50,303	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	134,874	104,734	134,874	104,734	110,229	5,495	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	134,874	104,734	134,874	104,734	110,229	5,495	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	16,742	16,742	
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	7,091	7,091	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	9,651	9,651	
RECEITA DE CAPITAL	50,219	15,000	50,219	15,000	-	(15,000)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50,219	15,000	50,219	15,000	-	(15,000)	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	50,219	15,000	50,219	15,000	-	(15,000)	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	3,076,809	3,239,937	3,076,809	3,239,937	3,037,386	(202,551)	
DÉFICIT	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	3,076,809	3,239,937	3,076,809	3,239,937	3,037,386	(202,551)	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	3,012,609	3,171,375	2,750,154	2,713,218	2,685,398	421,221	
PESSOAL	1,920,354	1,846,662	1,701,122	1,701,122	1,701,122	145,540	
PESSOAL E ENCARGOS	1,920,354	1,846,662	1,701,122	1,701,122	1,701,122	145,540	
MATERIAL DE CONSUMO	37,500	100,500	56,866	56,866	56,866	43,634	
MATERIAL DE CONSUMO	37,500	100,500	56,866	56,866	56,866	43,634	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	77,500	47,532	38,117	38,117	38,117	9,415	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	56,500	27,067	18,623	18,623	18,623	8,444	
DIÁRIAS	21,000	20,465	19,494	19,494	19,494	971	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	513,075	710,966	520,586	483,650	455,830	190,380	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	-	24,748	4,500	4,500	-	20,248	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	8,000	32,000	29,049	6,938	6,938	2,951	
SERVIÇOS PRESTADOS	481,075	623,899	462,899	448,074	431,494	161,000	
PASSAGENS	24,000	30,319	24,137	24,137	17,397	6,182	
ENCARGOS DIVERSOS	73,200	83,093	77,904	77,904	77,904	5,189	
ENCARGOS DIVERSOS	73,200	83,093	77,904	77,904	77,904	5,189	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	390,980	382,623	355,561	355,561	355,561	27,062	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	94,011	94,011	94,011	94,011	94,011	-	
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	13,981	27,062	-	-	-	27,062	
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC	282,988	261,550	261,550	261,550	261,550	0	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	50,219	58,000	49,436	20,353	20,353	8,564	
INVESTIMENTOS	50,219	58,000	49,436	20,353	20,353	8,564	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	50,219	58,000	49,436	20,353	20,353	8,564	
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	13,981	10,562	-	-	-	10,562	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	3,076,809	3,239,937	2,799,591	2,733,572	2,705,752	440,346	
SUPERÁVIT	-	-	237,796	-	-	(237,796)	
TOTAL	3,076,809	3,239,937	3,037,386	2,733,572	2,705,752	202,551	

Página: 1/1



CAU/DF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CNPJ: 14.981.648/0001-09

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.669,644	3.333,374	VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.143,164	2.882,987
CONTRIBUIÇÕES	2.121,995	1.957,392	PESSOAL E ENCARGOS	1.740,176	1.550,907
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.121,995	1.957,392	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.534,304	1.350,821
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.121,995	1.957,392	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.534,304	1.350,821
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.151,835	1.038,851	BENEFÍCIOS A PESSOAL	205,872	200,086
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.151,835	1.038,851	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	205,872	200,086
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.151,835	1.038,851	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	697,707	854,308
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	271,694	322,385	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	65,390	38,640
JUROS E ENCARGOS DE MORA	161,465	178,060	CONSUMO DE MATERIAL	65,390	38,640
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	161,465	178,060	SERVIÇOS	599,670	780,353
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	110,229	144,325	DIARIAS	19,494	35,857
MULTAS SOBRE ANUIDADES	110,229	144,325	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	42,760	56,919
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2,807	-	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	537,416	687,577
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2,807	-	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	32,647	35,315
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2,807	-	DEPRECIACAO	32,647	35,315
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	121,313	14,745	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	355,561	327,888
DIVERSAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	121,313	14,745	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	355,561	327,888
MULTAS ADMINISTRATIVAS	6,019	227	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	355,561	327,888
INDENIZAÇÕES	9,651	2,309	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	349,720	148,422
REVERSAO DE PROVISOES	105,644	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	349,720	148,422
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-	12,209	VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	349,720	148,422
	-	-	OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	1,462
	-	-	DIVERSAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	1,462
	-	-	VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-	1,462
Total das Variações Ativas :	3,669,644	3,333,374	Total das Variações Passivas :	3,143,164	2,882,987
Deficit do Exercício		RESULTADO PATRIMONIAL	Superávit do Exercício	526,481	450,387
Total	3,669,644	3,333,374	Total	3,669,644	3,333,374

Página:1/1



CAU/DF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CNPJ: 14.981.648/0001-09

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	3,037,386	2,851,253
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1,597,115	1,487,570
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1,597,115	1,487,570
ANUIDADES	1,597,115	1,487,570
RECEITA DE SERVIÇOS	1,151,835	1,038,761
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	8,491	13,750
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1,134,930	1,024,652
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	144
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8,413	216
FINANCEIRAS	271,694	322,385
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	161,465	177,999
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	61
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	110,229	144,325
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	110,229	144,325
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16,742	2,536
MULTAS DE INFRAÇÕES	7,091	227
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9,651	2,309
OUTROS INGRESSOS	1,507,507	4,262,033
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	2,685,398	2,643,144
PESSOAL	1,703,262	1,571,054
MATERIAL DE CONSUMO	56,866	36,900
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	35,977	71,293
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	455,830	567,167
ENCARGOS DIVERSOS	77,904	68,843
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355,561	327,888
OUTROS DESEMBOLSOS	1,509,942	4,398,779
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	349,553	71,363
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	20,353	8,522
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(20,353)	(8,522)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	329,200	62,841
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1,284,984	1,222,143
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1,614,183	1,284,984

Página:1/1

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/DF é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/DF.

O Conselho está localizado na SEPS Q 705/905 A Centro Empresarial Santa Cruz 401-406 - Brasília, DF, CEP - 70390-055.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/DF procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/DF, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/DF segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/DF procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/DF adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	9.692	10.743
Aplicações financeiras	1.604.491	1.274.241
Total	1.614.183	1.284.984

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	800.025	742.111
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	881.469	408.347
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.169.129)	(925.052)
Total	512.365	225.407

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	800.025	742.111
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	881.469	408.347
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.169.130)	(925.053)
Total	512.364	225.406

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Marcos Aurélio Silva de Almeida	90.000	90.000
Valores em Apuração	45.212	45.212
Marcos Aurélio Silva de Almeida	5.609	5.609
Adiantamento de Férias	-	26.821
Rafael Levi Amaral Santos	-	69
Caução aluguel	3.600	3.600
Total	144.421	171.312

8. Estoques

Descrição	2018	2017
Material de escritório	3.217	4.911
Material de limpeza	-	722
Outros materiais	12.850	18.958
Total	16.067	24.591

9. Despesas Antecipadas

Descrição	31/12 2018	31/12/2017
Condomínio Centro Empresarial Santa Cruz	-	3.602
Total	-	3.602

10. Créditos a Longo Prazo

Descrição		31/12/2018	31/12/2017
Marcos Aurélio Silva de Almeida	10.1	490.497	490.497
Dívida Ativa PF	10.2	361.788	368.351
Dívida Ativa PJ	10.2	168.174	168.839
Total		1.020.459	1.027.686

10.1 Créditos

O valor de R\$ 490.497 (quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e noventa e sete reais), refere-se a desvios de recursos financeiros, conforme apurado pela Comissão de Sindicância do CAU-BR, relativo aos exercícios de 2014 e 2015.

10.2 Dívida Ativa Tributária

O valor de R\$ 529.962, refere-se à inscrição em dívida ativa de anuidades de PF e PJ, transferida do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante.

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Terrenos	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Instalações	-	-	-	-
Veículos	33.990	(18355)	15.635	15.635
Móveis e utensílios	146.527	(52948)	93.579	79.675
Equipamentos de informática	172.643	(104402)	68.240	46.410
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	353.160	(175705,18)	177.455	141.720

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Terrenos	-	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-
Instalações	-	-	-	-	-
Veículos	18.694	-	-	(3059)	21.753
Móveis e utensílios	79.675	15.280	-	(13191)	108.146
Equipamentos de informática	46.410	23.160	-	(16556)	86.126
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	<u>144.779</u>	<u>38.440</u>	<u>-</u>	<u>32.806</u>	<u>216.025</u>

12. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Outros fornecedores	27820	15783
Total	<u>27.820</u>	<u>15.783</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
A vencer	27.820	15.783
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	<u>27.820</u>	<u>15.783</u>

13. Obrigações de Repartição a Outros Entes

Descrição	2018	2017
CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	479	479
Depósitos de diversas Origens	23.522	23.522
Total	24.000	24.000

14. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Férias	80.836	58.996
INSS	33.555	21.843
FGTS	11.645	6.575
PIS/PASEP	1.667	935
Total	127.703	88.349

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
INSS	372	2.474
Contribuição Sindical	238	-
Total	610	2.474

16. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. Não há provisões para riscos processuais visto que a entidade não tem nenhum processo com risco de passivo.

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 10.260,95 (2017 - R\$ 9.279,49) decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

17. Patrimônio Líquido

Descrição	2017	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	450.387	526.481
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	2.777.523	3.304.004
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Patrimônio Líquido	3.227.910	3.830.485

No ano de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/DF, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	176.517	143.870
Despesas com pessoal	1.701.122	1.562.415
Despesas com contratação de terceiros	483.650	585.951
Impostos, taxas e contribuições	77.904	68.843
Outras receitas e despesas	2.439.192	2.361.078

20. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.669.644	3.333.374
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(3.143.164)	(2.882.987)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>526.481</u>	<u>450.387</u>
Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	3.037.386	2.851.253
(-) Despesas Empenhadas	(2.799.591)	(2.682.730)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>237.796</u>	<u>168.524</u>
Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	1.614.183	1.284.984
(-) Passivo Financeiro	(180.133)	(130.907)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>1.434.050</u>	<u>1.154.077</u>

21. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1 veículo	80.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
Total		<u>1.080.000</u>

22. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

23. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

*

*

*